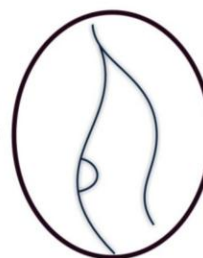




INTERFACE
ISSN 2448-2064



Direitos humanos, movimentos sociais e conflitos socioambientais: a educação informal como estratégia de luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Human rights, social movements and socio-environmental conflicts: informal education as a strategy to fight the Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Eugênia da Conceição Silva Ramos Foschiera¹
eugenia.cv@uol.com.br

José Estevão Rocha Arantes²

Resumo: O Brasil se inseriu nas normativas internacionais de proteger e garantir os Direitos Humanos, porém os grandes empreendimentos barrageiros têm causado uma série de conflitos socioambientais por desrespeitar esses direitos. Os movimentos sociais, por meio da educação não formal, têm buscado empoderar as populações atingidas na busca de garantia de seus direitos. O objetivo deste artigo é apresentar situações de como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem atuado na garantia destes direitos. Para tanto fez-se uma pesquisa bibliográfica, tomando como parâmetro pesquisas que apresentaram a atuação do MAB frente a quatro empreendimentos barrageiros, voltados para abastecimento de água, irrigação ou geração de energia elétrica. Percebe-se a pouca atenção que esses empreendimentos dão à situação dos atingidos; uma primeira organização local/regional dos atingidos; uma nova percepção dos atingidos frente ao conflito com o aprendizado proporcionado por lideranças do MAB, por meio da educação não formal; a ação de protagonismo assumida pelos atingidos; conquistas obtidas devido a inserção dos atingidos no MAB.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Conflitos Socioambientais, Educação não Formal, MAB

Abstract: Brazil has inserted itself in the international norms to protect and guarantee the Human Rights, but the great dam enterprises have caused a series of socioenvironmental conflicts for disrespect these rights. Social movements, through non-formal education, have sought to empower the affected populations in the search for guarantee of their rights. The objective of this article is to present situations of how the Movement of the Affected by Dams (MAB) has acted in the guarantee of these rights. Therefore a bibliographical research was carried out, taking as a parameter researches that presented the MAB's performance in front of four dam projects, focused on water supply, irrigation or electric power generation. It is noticed the little attention that these

¹ Graduada em Administração pela UFMT, em Direito pela UNIP; Especialista em Comportamento Humano pela UFMT, em Criminologia pela Faculdade Afirmativo e em Docência de Ensino Superior pela Faculdade Afirmativo.

² Prof. Ms. do Curso de Especialização da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO.

enterprises give to the situation of those affected; a first local / regional organization of those affected; a new perception of those affected by the conflict with the learning provided by MAB leaders, through non-formal education; the action of protagonism assumed by those affected; achievements due to the insertion of those affected in MAB.

Keywords: Human Rights, Social Movements, Socio-environmental Conflicts, Non-Formal Education, MAB

1 - Introdução

O Brasil é signatário dos instrumentos internacionais de direitos humanos e, como Estado-parte, assumiu a responsabilidade perante a comunidade internacional de respeitar, proteger e garantir os direitos fundamentais. O país, também, possui um importante arcabouço jurídico em sua legislação interna que trata dos direitos humanos.

Ao se falar em Direitos Humanos entende-se que:

todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém – nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação – pode afirmar-se superior aos demais (COMPARATO, 2010 p. 13).

A implementação dos direitos humanos, segundo Comparato (2010), passou por distintas fases. A primeira fase vai da segunda metade do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo como referência o direito humanitário, o fim da escravidão e a regulação dos direitos trabalhistas. A segunda fase ocorre após a Segunda Guerra Mundial, tendo a Organização das Nações Unidas (ONU) como referência, além de inúmeras outras organizações, na maioria vinculada a ela. Nesta etapa expande-se do direito do indivíduo para os direitos dos povos e direitos da humanidade. Passa-se a destacar os direitos civis, políticos e, também, econômicos, sociais e culturais.

As preocupações com a sadia qualidade de vida e a realização integral dos direitos humanos, à algum tempo tem despertando no ser humano rígidos questionamentos a cerca de seu comportamento no meio em que vive. Segundo Wolkmer (2010), essa preocupação ultrapassa o mero questionamento individual, passando a figurar, também, com preocupação no âmbito global, não podendo restringir-se ao mero comportamento do indivíduo, mas principalmente dos representantes das nações em todas as suas ações no âmbito interno e internacional.

No que se refere aos direitos humanos contemporâneos, a conceituação legal e a aplicação do instrumento de proteção aos direitos fundamentais, o Brasil construiu instrumentos internos de maneira a contemplar as obrigações assumidas, em especial no que se refere aos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Quanto às questões inerentes ao planeta e ao meio ambiente, não pode-se deixar de registrar a preocupação e a obrigação em relação a essa importante área que afeta a sociedade como um todo. Sobre isso, o artigo 225 da Constituição Federal brasileira estabelece:

todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presente e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Para assegurar a efetividade deste direito, cabe ao poder público e à coletividade respeitar os direitos fundamentais, devendo empreender esforços de forma mais contundente às comunidades mais vulneráveis.

No que diz respeito à alimentação adequada, a mesma é aceita por todos como um direito humano. Porém, ao longo dos anos, várias políticas governamentais de renda mínima, e neste caso, considerando um pressuposto básico para satisfazer de imediato o direito à alimentação, não tem sido suficiente para acabar de vez o que Josué de Castro afirmava ser “flagelo humano”: a fome (WOLKER, 1010).

Quanto aos demais direitos humanos – culturais, sociais e econômicos - também foram elaborados documentos e políticas públicas de proteção. Organizações sociais têm buscado tirar do papel e colocar em prática os preceitos dos direitos humanos, porém, no dia a dia, fazem-se presente avanços e retrocessos nesta questão. A lógica do capital de se expandir apropriando e destruindo cada vez mais a natureza, excluindo grupos sociais tradicionais, cooptando governantes e elites regionais, tem sido uma das formas crescente de se retroceder em relação aos direitos humanos.

A construção de grandes empreendimentos barrageiros, seja para geração de energia elétrica, para irrigação e/ou abastecimento de água no meio urbano, tem sido uma das formas do capital desprezar os direitos humanos, envolto no discurso de progresso e modernidade. Esses empreendimentos têm causados significativos conflitos socioambientais, tendo movimentos sociais como contraponto, organizando comunidades atingidas.

A ação dos movimentos sociais tem se pautado, por intermédio da educação informal, na formação política dos atingidos e no enfrentamento político-ideológico, tornando-os sujeitos de suas histórias, tirando-os do anonimato, empoderando-os, incumbindo-os de participar das decisões que envolvem seu cotidiano.

Em relação aos conflitos socioambientais envolvendo empreendimentos barrageiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem se destacado na agregação das populações atingidas. O desrespeito aos direitos humanos é recorrente nas áreas desses empreendimentos, principalmente em regiões socioeconômicas mais vulneráveis, onde os empreendedores buscam obter o maior lucro com o menor investimento possível.

O objetivo desse artigo é mostrar como os empreendimentos barrageiros desrespeitam os direitos humanos e, em contrapartida, as populações locais, por intermédio do MAB e sua pedagogia de educação informal, conseguem fazer frente e garantir direitos humanos básicos desconsiderados pelos investidores. Para tanto, organiza-se um embasamento teórico sobre movimentos sociais, conflitos socioambientais e educação popular. Em seguida destaca-se o MAB e a forma como vem sendo cunhado o conceito de atingido por barragens. Para finalizar, apresenta-se diferentes casos de empreendimentos barrageiros que desrespeitaram os direitos humanos e como a organização dos atingidos, via MAB, tem feito o enfrentamento aos mesmos e as conquistas obtidas. Em relação ao último ponto, as informações foram tiradas de teses, dissertações e artigos científicos que apresentavam estudos de casos sobre a atuação do MAB frente a determinadas barragens.

2 - Educação e movimentos sociais

A educação, segundo Gohn (2011), pode se dar em duas perspectivas, a formal, identificada também por escolar³, e a não formal, onde o aprendizado e a produção de saberes ocorrem fora da escola. Na educação não formal o método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas.

³ Maior acesso à escola é uma das lutas dos movimentos sociais, seja por Cotas, por programas especiais como o Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA), entre outros. Porém, como não é o tema nesta pesquisa, não haverá debate sobre o mesmo neste trabalho.

A relação movimentos sociais e educação existe a partir de ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo das ações.

A aprendizagem nas lutas dos movimentos sociais ocorre quando as informações fazem sentido para os indivíduos inseridos em um dado contexto social. Gohn (2011, p.336) apresenta situações em que ocorre essa aprendizagem:

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede.

Gohn (2011) destaca, também, diferentes tipos de aprendizagem que ocorre pela educação não formal realizada pelos movimentos sociais: aprendizagem prática, teórica, técnica instrumental, política, cultural, linguística, econômica, simbólica, social, cognitiva, reflexiva e ética. Apresentam-se, abaixo, esses tipos de aprendizagem:

A aprendizagem prática diz respeito à organização e a participação dos envolvidos. A aprendizagem teórica diz respeito a conceitos-chaves que mobilizam as forças sociais em confronto e como adensá-los em práticas concretas. A aprendizagem técnica instrumental diz respeito a como funciona os órgãos governamentais, a burocracia, seus trâmites e papéis, quais as leis que regulamentam as questões em que atuam, etc.

A aprendizagem política diz respeito a quais são os direitos e os deveres de sua categoria, quem é quem nas hierarquias do poder estatal-governamental, quem cria os obstáculos ou usurpa seus direitos, etc. A aprendizagem cultural destaca os elementos que constroem a identidade do grupo, quais as suas diferenças, suas diversidades, as adversidades culturais que tem de enfrentar. A aprendizagem linguística refere-se a construção de uma linguagem comum que possibilita ler o mundo e decodificar temas e problemas em que os sujeitos estejam envolvidos.

A aprendizagem econômica se dá ao ter maiores noções de custos, de diferentes formas de produzir, etc. A aprendizagem simbólica se dá quando entendem as representações que existem sobre eles próprios, sobre o que demandam, o que representam, etc. A aprendizagem social ocorre quando aprendem como agir e falar em grupo, como se comportar em diferentes situações, etc. A aprendizagem cognitiva esta relacionada ao conhecimento de

novos conteúdos envolvendo temas que lhes dizem respeito, por intermédio da participação em eventos, observações, cursos de formação política. A aprendizagem reflexiva se dá a partir da avaliação de sua prática. A aprendizagem ética está ligada a vivência centrada em valores como bem comum, solidariedade e compartilhamento.

Os movimentos sociais contribuem, decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de várias demandas sociais, que foram escritas em leis, que supriram demandas de infraestruturas que beneficiaram grupos sociais, em reconhecimento e respeito a minorias, em acesso à terra, moradia e educação formal, dentre outros.

Em relação à educação informal, Arroyo (2003) destaca que os movimentos sociais desenvolvem um papel pedagógico ao formar lideranças e contribuem para educar as camadas populares na luta por direitos. Martins (2011) destaca que ao mesmo tempo em que os movimentos sociais lutam para garantir seus direitos básicos à sobrevivência, também constroem espaços pedagógicos de formação dos sujeitos que contribuem para entender a realidade de forma crítica. Essas aprendizagens acontecem no processo de luta, de conquista, do próprio trabalho.

Grzybowski, citado por Martins (2011) destaca que, enquanto espaço de socialização política, os movimentos sociais permitem aos seus integrantes, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais.

Analisando a relação entre educação formal e informal, Arroyo (2003) destaca que os movimentos sociais contribuem com a educação formal pelo fato deles reporem os perenes questionamentos da condição humana, pois as intervenções escolares (educação formal) são pouco radicais para alimentar e dinamizar a teoria pedagógica.

Martins (2011) destaca que os movimentos se educam e educam a sociedade como um todo, apontando estratégias de viver e de educar, demonstrando que educação é vida, é coisa séria, por isso deve ser pensada e construída com responsabilidade e compromisso social.

3 - Conflitos socioambientais

Conforme Nader, citado por Aguiar (2003), os conflitos são fenômenos inerentes à sociedade. Quanto mais complexa é a sociedade, mais ela está sujeita a diferentes tipos de conflitos.

Na antiguidade os mecanismos para as suas resoluções eram bastante rudimentares, baseadas, principalmente, na força.

Com o passar do tempo a comunidade chamou para si a responsabilidade da resolução das divergências e criando mecanismos de resolução de conflitos, como noções de leis, tribunais e espaços específicos de enfrentamento entre membros de uma mesma comunidade.

43

A noção de conflitos passa por conotações positivas e negativas, dependendo do interesse e do foco desse tipo de interação social. Conforme Aguiar (2003), na perspectiva de Pareto, Merton e Parson, os conflitos resultam de um mau funcionamento da estrutura social e criam problemas para a sociedade. Para Marx, os conflitos de forma positiva, expresso na luta de classe, pela qual se faz a transformação social. No entender de Durheim, os conflitos podem se originar de formas positivas ou negativas, dependendo de sua origem.

Quanto à natureza dos conflitos, podem ser ambientais, sociais, culturais, políticos, ideológicos, éticos, raciais, entre outros. Os conflitos geralmente possuem mais de uma natureza e sua identificação é útil para delimitação dos cenários e identificação dos atores e da tipologia dos conflitos.

Em relação aos atores sociais envolvidos, podem ser indivíduos, grupos sociais, organizações, nações, coletividades, desde que tenham a possibilidade de modificar seu ambiente de atuação. Nem todos os grupos que estão no cenário de um conflito são atores. O campo de conflito é o lugar que delimita a movimentação dos atores e seus recursos, pois nem todos os atores tem acesso a todos os recursos.

O conflito tem um objeto em disputa, que são bens ou recursos escassos ou vistos como tal pelos atores, podendo ser materiais e/ou simbólicos. A visão que os atores têm do objeto do conflito pode ser diferenciada. O que para um tem uma importância simbólica, sagrada, para outro apenas financeira.

Quanto à dinâmica dos conflitos, todos têm uma vida própria, um processo evolutivo que lhe é específico, podem existir características recorrentes em eventos semelhantes. Os conflitos podem ter duração variada, de pouco a longo tempo.

Uma das características do século XX foi o aumento de manifestações sociais frente aos problemas ambientais. A ação destruidora do homem sobre o meio ambiente aumentou consideravelmente o número de problemas ambientais, como enchentes, poluição do ar, vazamento de produtos químicos, desastres naturais, impactos pela construção de grandes obras, o que chamou

a atenção para a importância de se pensar a qualidade do ambiente como necessário para uma boa qualidade de vida.

Nesta perspectiva, os conflitos socioambientais estão cada vez mais comuns e organizados. Conflitos socioambientais são embates entre grupos sociais causados pelas diferentes percepções, visões, relações e interações que esses grupos têm com o meio ambiente.

44

No debate ambiental, o discurso de desenvolvimento sustentável vem ganhando destaque, entendido como aquele que atende as necessidades atuais sem comprometer as possibilidades das futuras gerações (ONU, apud AGUIAR, 2003). O desenvolvimento sustentável leva em consideração três pilares: a equidade social, o desenvolvimento econômico e a integridade ambiental.

Little, citado por Aguiar (2003), classifica os conflitos oriundos da construção de grandes barragens como conflitos em torno do impacto gerado pela ação humana. Esses conflitos ocorrem quando ações humanas, em busca do “desenvolvimento”, atingem drasticamente o ecossistema de um local e as comunidades que vivem e dependem do mesmo. Nesta situação é a comunidade local que paga o preço do desenvolvimento, com a desestruturação de sua estrutura social, sendo atingida na saúde, na qualidade de vida e na microeconomia da região.

Não existe um jeito único de resolução de conflitos, depende da dinâmica de cada um, dos interesses em jogo, das ações dos atores, da contextualização política, etc. Little, citado por Aguiar (2003), elenca cinco tratamentos que podem ocorrer no desenrolar de um conflito: confrontação, repressão, manipulação política, negociação/mediação, diálogo/cooperação. Em um conflito pode ocorrer alguns ou todos esses tratamentos, bem como outros que não foram aqui descritos.

a) Confrontação: são respostas a traumas muito fortes de natureza social e ambiental. É uma resposta abrupta em defesa de um modo de vida, de um elemento do ecossistema ou a um grupo. A confrontação pode ser de ordem política, econômica, física ou simbólica. O ponto mais positivo da confrontação é que o conflito é colocado em evidência, exigindo assim uma providência rápida. Os aspectos negativos são as possibilidades de violência.

b) Repressão: é um processo pouco democrático, mas que pode ser útil em casos extremos. Pode-se reprimir um conflito por sanção política, por ato militar ou policial. Aspecto positivo é sua eficiência em grandes desastres como acidentes nucleares. O principal aspecto negativo é a abertura de precedentes para arbitrariedades.

c) Manipulação política: é a resolução do conflito através de manipulação política, que se dá em geral com grupos de menor poder econômico e político por meio de suborno de grupos ou de seus representantes. Tendo o aumento do poder do grupo como um aspecto positivo e o fato de não tratar as causas do conflito, como um de seus aspectos negativos.

Negociação/mediação: em geral só ocorre depois de outros tipos de tratamento para o conflito. Requer um amadurecimento político das partes, assim como uma simetria entre os grupos envolvidos. Requer uma postulação explícita dos interesses e pré-disposição a certas concessões. O aspecto mais positivo é a criação de um espaço de interação, discussão e cidadania. Os aspectos negativos vêm das desigualdades sociais e da diferença de poder entre os grupos.

e) Diálogo/cooperação: pressupõem a participação voluntária e colaboradora de todas as partes envolvidas. A meta dos grupos é a conciliação, possibilitando a participação de amplas às partes.

4 - Garantias de direitos (humanos) de atingidos por barragens e educação informal

Organizações de atingidos por barragens surgem dentro de um contexto nacional de garantia de direitos humanos que deram origem a diferentes movimentos sociais. A luta por terra, por moradia, por melhores condições de educação e saúde, por preços justos da produção agrícola e da possibilidade de manutenção na terra são exemplos de debates que envolviam diferentes sujeitos sociais. Segundo Foschiera (2010), a igreja Católica, por intermédio da Teologia da Libertação, a igreja Presbiteriana e a Central Única dos Trabalhadores são referências para a formação e qualificação de movimentos sociais.

A construção de grandes usinas hidrelétricas (UHE) expulsava milhares de famílias de suas comunidades, na maioria das vezes empurrando-os para condições de vida piores do que se encontravam. Essas construções ocorriam em diferentes regiões do Brasil, surgindo assim organizações regionais de atingidos. Em menor escala, ocorre a formação de organizações de atingidos por barragens voltadas a irrigação ou abastecimento urbano.

Segundo Foschiera (2009), três focos de resistência das comunidades atingidas por barragens, no Brasil, se destacaram no fim dos anos 70 e início dos anos 80, do século XX, a saber: na região Nordeste, na região Sul e na região Norte do país.

Na região Nordeste sobressaíram os atingidos pela hidrelétrica de Itaparica; na região Sul do país as ações dos atingidos se voltaram para a construção da hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, e para as hidrelétricas planejadas na bacia hidrográfica do rio Uruguai, que

afetariam comunidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; na região Norte tem-se a organização dos atingidos pela barragem de Tucuruí. A partir da fortificação e ampliação dessas organizações de atingidos formou-se o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB).

A educação não formal, seja por cursos de fim de semana ou por formações mais elaborados em diversos módulos semanais, foi a base inicial para formação de liderança e posterior formação de militantes nas áreas impactadas pela construção de barragens.

Foschiera (2009) vai destacar a Escola Sindical Margarida Alves (ESMA – 1985/1987) e, posteriormente, pela Escola Sindical do Alto Uruguai (ESAU - 1987), no Sul do Brasil, enquanto que o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco (CDDHSF) como importantes contribuidoras para a formação do MAB, por meio da educação não formal.

Além de cursos de pequena e média duração, a participação em reuniões e assembleias, em negociações, em manifestações públicas, etc., são outras formas de participação comuns no MAB em que ocorre um processo de aprendizado, também não formal.

A educação não formal empoderava os atingidos a se manifestar em relação a sua vivência de impactado pela construção de uma UHE. Essas manifestações populares das organizações dos atingidos se davam tanto no sentido de enfrentamento direto frente à construção da barragem ou busca de indenizações que entendiam ser justas, como nos atos públicos por uma maior democratização do país.

As lutas dos atingidos se deram em diferentes momentos da construção dos empreendimentos hidrelétricos (antes, durante e/ou depois), tendo objetivos diferentes e poder de organização e negociação também diferenciados.

Era importante promover a organização dos atingidos e realizar mobilizações, fazer enfrentamentos com os grupos favoráveis às hidrelétricas, para que não fossem enganados e perdessem suas terras e seus modos de vida. Para tanto era necessário utilizar-se de meios de comunicações sociais e articular-se com outros movimentos e entidades, para chamar a atenção da opinião pública. A troca de experiências e de ações de solidariedade entre militantes e lideranças, seja em visitas a organizações de atingidos de outras regiões, seja em eventos regionais ou nacionais, bem como a publicação de informativos nacionais ou material

didático, também colaboravam no fortalecimento do Movimento em âmbito nacional.

Uma das questões que sempre esteve envolvida nas discussões entre organização de atingidos e responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos foi a conceituação de atingido.

A construção de um grande empreendimento hidrelétrico impacta consideráveis áreas de terras para além do leito do rio que sediará a obra, atingido uma considerável gama de famílias. Mas como é definido quem são os atingidos e que tipo de indenização deverão receber (se receberem)?

A empresa responsável pelo empreendimento hidrelétrico, ao planejar a obra, pré-determina seu conceito de atingido, que varia no tempo e no espaço, de empresa para empresa, sendo que algumas partem de um pressuposto mais participativo, em que algumas definições são tomadas com a participação dos atingidos e com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e/ou outras instituições organizativas (se este estiver organizado no local), enquanto outras já têm, de antemão, o entendimento de atingido e vai buscar implementar este conceito no local que atuará.

Leturcq (2007) destaca a existência de dois grupos de atingidos: os atingidos diretos e os atingidos indiretos. Os atingidos diretos são aqueles que, em função da construção da UHE deverão migrar de forma compulsória, seja porque suas terras serão inundadas pelo represamento do rio, seja porque se encontram dentro da área de proteção ambiental (APP) do reservatório. Já, os atingidos indiretos, são os que não necessitam migrar, porém são afetados pela construção da barragem. Suas perdas são econômicas, sociais e culturais.

Vainer (2005) apresenta uma série de conceitos de atingido, que foram sendo delimitados, nos últimos tempos, pelo setor elétrico, por órgãos de financiamentos, no meio acadêmico e outros, apontando um determinado reconhecimento de demandas feitas pelos atingidos, deixando, porém, a desejar, no momento de colocá-los em prática.

Uma primeira conceituação de atingido foi dada pelos empreendedores (MME, Eletrobrás e suas subsidiárias etc.), ao elaborarem seus primeiros projetos hidrelétricos, e estava voltada para uma “concepção territorial-patrimonialista”. A perspectiva é a ação do empreendedor, que é o elemento central na discussão, e entende-se como o atingido o proprietário da terra necessária para a implantação do empreendimento que tenha documentação sobre a mesma.

Nesta situação não se reconhecem problemas sociais e ambientais, pois o que está

envolvido é uma situação indenizatória, ligada à questão patrimonial e fundiária. Os encaminhamentos destes assuntos costumam ficar a cargo do Departamento de Patrimônio Imobiliário da empresa. O termo central deste debate é o direito de propriedade, tanto dos impactados como de quem recebe autorização para implantar o empreendimento.

Uma segunda conceituação, também centralizada no empreendedor, porém levando em conta algumas demandas colocadas pelos atingidos⁴, é a “concepção hídrica”, na qual atingido é aquele que se encontra na área a ser inundada, abarcando tanto proprietários como não proprietários (parceiros, meeiros, ocupantes etc.), que serão obrigados a migrar em função do empreendimento. Aqui também se destaca o direito do empreendedor frente à população impactada. O impacto reconhecido é o impacto econômico, não se considerando as mudanças ambientais, políticas, sociais, psicológicos e culturais que ocorrerão.

Outro conceito de atingido foi identificado por Vainer (2005), ao analisar documentos da *International Financial Corporation*⁵, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ele mostra que os órgãos de financiamento têm elaborado normas orientadoras a seus clientes, que dão um entendimento mais abrangente ao conceito de atingido, apesar de pequenas diferenças entre os mesmos.

Para os órgãos de financiamento, na conceituação de atingido, inserem-se tanto os que são impactados física (atingidos diretos) ou economicamente (atingidos indiretos). Dentre os deslocados economicamente podemos citar casos de comerciantes que, possuindo vínculos econômicos com as famílias que migraram, têm seus ganhos econômicos reduzidos; pescadores, que são impactados pela diminuição do potencial de pescado a seu dispor, em função do barramento do rio; como também oleiros, comunidades de vazanteiros etc.. Além das pessoas que sofrerão impacto na área do empreendimento devem ser levados em contas os efeitos que a população que migra, de forma compulsória, causará no local onde se instala. Também devem-se considerar as perdas sociais que a população atingida venha a ter, como perdas comunitárias ou familiares – sociabilidade e afetividade, bem como possíveis impactos sociais e ambientais nas comunidades nas quais serão inseridos os reassentamentos.

A Comissão Mundial de Barragens (CMB), que foi formada por representantes de

⁴ Destacamos aqui o discurso de “Terra por Terra”, o qual incluía, como atingido a ser indenizado, aquele que não tinha documento sobre a área da qual tirava seu sustento.

⁵ A International Financial Corporation constitui, por assim dizer, o braço privado do Grupo Banco Mundial.

várias entidades com posições favoráveis ou críticas aos grandes empreendimentos e por especialistas do setor hidrelétrico, com o objetivo de fazer um diagnóstico independente da eficácia destes empreendimentos e sugerir alternativas, também buscou dar um sentido amplo ao conceito de atingido. Vainer (2005) destaca que as considerações da CMB se aproximam dos organismos de financiamento, dando destaque à questão temporal, chamando a atenção para os impactos que podem vir a ocorrer após a finalização do empreendimento, à realização de subprojetos associados ao empreendimento (linhas de transmissão, vias de acesso etc.) e aos impactos nas comunidades à jusante do barramento, que sofrerão com a mudança do nível hidrológico, da qualidade da água, do potencial de pesca etc.

Outro conceito apresentado por Vainer (2005) é o de “atingido comunidade”⁶ destacando a inserção dos atingidos na comunidade onde residem, formando uma rede de sociabilidade. No momento em que um número considerável de famílias é obrigado a migrar, ocorrem perdas significativas na estrutura social das mesmas, chegando a inviabilizar a existência da comunidade. As famílias que não se encontram na Área Diretamente Afetada (ADA) deveriam ter o direito de optar por migrarem junto com as demais famílias da comunidade para o reassentamento, no qual poderiam ser mantidos os laços comunitários existentes, ou deveriam ser pensadas formas de mitigar estas perdas comunitárias.

Com a pressão dos movimentos e organizações sociais e ambientais⁷, a própria Eletrobrás passou a redefinir seu conceito de atingido, em documentos ligados ao setor elétrico, inserindo as dimensões ambiental, social e cultural na sua formulação. Desta forma, a empresa estatal passa a assumir os danos que foram motivo de muitos conflitos com os atingidos. A nova discussão colocada pela Eletrobrás vem por meio de seu planejamento regional, e passa a buscar a inserção regional de seus empreendimentos, de forma que não sejam desvinculados da área em que forem construídos. Assim, a área que abrange o meio físico e biótico passa a ser distinta daquela que envolve as relações socioeconômicas e culturais. A dimensão temporal também é destacada, ao aceitar que existem impactos que surgem antes mesmo do início da obra⁸ e outros que só se farão sentir depois que o

⁶ Uma importante referência teórica utilizada nesta definição foi a dissertação de Mestrado de Sandra Tosta Faillace intitulada *Comunidade, Etnia e Religião: um Estudo de Caso na Barragem de Itá (RS/SC)*, defendida em 1991 junto ao Museu Nacional/RJ.

⁷ Sindicatos, ONGs, instituições religiosas, movimentos sociais etc.

⁸ Como a diminuição de investimentos produtivos nas propriedades, as pressões para venda de propriedades ou abandono de áreas ocupadas.

empreendimento estiver em funcionamento⁹.

Foschiera (2009) vai destacar o conceito de “atingido pelo preço da energia”. A justificativa se dá em função das privatizações do setor elétrico e a formação do mercado de energia, ocorrendo elevações generalizadas do preço da energia, atingindo a totalidade dos consumidores residenciais e pequenos e médios empreendedores, que foram denominados de consumidores cativos¹⁰. Nesse sentido, a nova política energética não atingiu somente os moradores impactados pela construção da usina hidrelétrica, mas a sociedade de forma geral.

Uma ação mais específica do governo federal em relação à situação dos atingidos foi realizada no ano de 2010, quando o e então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto 7342, de 26 de Outubro de 2010, que institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências (DOU, 2010).

O referido cadastro pouco ou nada acrescentou ao que vinha ocorrendo na prática nos locais de construção de UHE, pois, simplesmente, obrigava a cadastrar os atingidos por barragens, o que já vinha ocorrendo, seja por iniciativa dos empreendedores, por pressão de órgãos financiadores, ambientais ou organização de atingidos.

Vainer (2005) vai destacar que quem está dando uma função prática a aos vários documentos sobre indenizações são os próprios atingidos organizados, por meio de pressão. Nesse sentido, Foschiera (2009), vai dizer que o tamanho da indenização é proporcional ao tamanho da organização dos atingidos.

5 - Estudos de casos em que a educação informal foi fundamental nas indenizações

A educação informal tem sido de fundamental importância para garantia de direitos humanos e é um método utilizado pelos movimentos sociais. O Movimento dos Atingidos por Barragens tem se utilizado da educação informal na garantia de indenizações adequadas às famílias impactadas pela construção de empreendimentos hidrelétricos, que são causadores de impactos socioambientais.

⁹ Alterações nas características do setor pesqueiro, perda de áreas exploradas com atividades turísticas etc.

¹⁰ Consumidores sem poder de negociação de preço, devendo pagar o que for estipulado pela empresa distribuidora de sua região.

Os empreendedores das UHEs definem a forma e quem tem direito à indenizações no momento que planeja o empreendimento, buscando sempre o menor custo financeiro. A exclusão de famílias atingidas por UHEs do recebimento de indenização é fato recorrente, seja por falha nos levantamentos socioeconômicos ou por deficiências no método de levantamento. Por isso a intervenção do MAB tem tido papel fundamental nos processos de indenizações.

Evidenciar o descaso com os direitos humanos nas indenizações das UHEs, mostrar aos atingidos a exclusão que sofrem, empoderá-los para fazer frente ao descaso com que são tratados, inseri-los no Movimento e fazer com que lutem por seus direitos tem sido a principal atividade do MAB. Porém, isso não é atividade fácil, e a educação informal, por meio de reuniões, assembleias, cursos de pequena e média duração, manifestações públicas, tem sido a forma que o MAB tem atuado.

Apresenta-se, a seguir, casos mais extremos em que a atuação do MAB, via educação informal, reverteu situações que pareciam perdidas referente à indenizações por UHEs, comprovando o que Vainer (2005) e Foschiera (2009), respectivamente, vão destacar, de que quem está dando uma função prática aos vários documentos sobre indenizações são os próprios atingidos organizados, e que o tamanho da indenização é proporcional ao tamanho da organização dos atingidos.

5.1 - A barragem de Acauã e a atuação do MAB¹¹

A construção da barragem de Acauã, no rio Paraíba, sob responsabilidade do governo do estado da Paraíba, tinha como a principal atividade o abastecimento de água em áreas urbanas. As obras se iniciaram em 1999 e foram finalizadas no ano de 2002. Segundo Sousa (*et al*, 2007), o empreendimento impactou, aproximadamente, 5.000 pessoas (900 famílias), e as medidas mitigadoras previstas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não foram respeitadas e as famílias foram tratadas com descaso.

No ano de 2002, algumas famílias da comunidade Pedro Velho, do município de Aroeiras/PB, atingidas pelo empreendimento, junto com um pároco, buscaram apoio junto à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pois a barragem estava para ser inaugurada e indenizações não haviam sido pagas. Professores e alunos da UFCG e um

¹¹ Texto elaborado a partir da tese de Edileuza Custódia Rodrigues de Medeiros intitulada: Registro da atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens nos reassentamentos de Acauã: alfabetização de jovens e adultos.

assessor de deputado que já tinha experiência de trabalho junto à sindicato e Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciaram reuniões com os integrantes da comunidade. Como resultado tem-se a elaboração de uma “nota pública” sobre a situação e a divulgação da mesma em diferentes meios de comunicação e a formação da Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã (AABA).

Com o passar do tempo se formou uma rede de apoio às famílias atingidas formada pelo Polo Sindical de Trabalhadores Rurais, CPT, Sindicato dos Técnicos em Extensão Rural do Estado da Paraíba (SINTER), entre outros. No desenvolver das atividades, lideranças locais foram sendo formadas pelo MAB Nacional, criando uma direção local do movimento, assumindo um caráter mais político-pedagógico. A ação do MAB possibilitou, segundo um de seus integrantes (MEDEIROS, 2010 p. 169), “a compreensão da estrutura econômica e política do modo de produção capitalista e a conjuntura na qual estão inseridos, enquanto sujeito de direitos”

Ocorreram ações com objetivo de buscar apoio junto a vereadores, deputados, bispos, órgãos governamentais; teve-se a organização e realização do I Encontro de Atingidos pela Barragem de Acauã; participação em audiência com a Ministra de Meio Ambiente, o governador do estado; participação no Encontro Nacional do MAB; levantamento das necessidades e distribuição de cestas básicas via programa Fome Zero; ocupação da barragem; marcha de 49 Km, do município de Aroeiras até Campina Grande (PB); entre outras.

Uma atividade que merece destaque foi a implantação do projeto de Educação de Jovens e Adultos, que segundo Medeiros (2010 p. 261), contava com “652 jovens e adultos matriculados em 2004/2005, em 28 turmas”. O diferencial do curso é que as disciplinas trabalhavam a realidade local.

Segundo Medeiros (2010), uma das ações melhor sucedida foi a realizada junto ao Ministério Público Federal, cobrando a defesa dos direitos dos atingidos, resultando na assinatura de um Termo de Conduta pelo governo estadual e realizando audiências públicas.

A primeira consideração do Termo destacava a desestruturação das economias familiares. Outras considerações destacavam a necessidade de resgatar a dignidade humana, garantindo, no local que fossem reassentados, condições de emprego e renda; garantir os direitos humanos, econômicos e sociais das populações atingidas, através de políticas públicas

que garantissem um padrão de vida igual ou melhor ao que possuíam anteriormente; garantir de forma urgente carências elementares, como escola, creche, saúde pública e alimentação para as famílias atingidas até serem realocados em seus novos lares.

Baseado nas considerações destacadas, os empreendedores, entre outras coisas, deveriam: a) no prazo de 30 dias, fazer um pagamento mensal de um salário mínimo por família até que fosse realizado e executado o cadastro no programa Fome Zero; b) elaborar, num prazo de 60 dias, um Plano de Desenvolvimento Sustentável, que garantisse emprego e renda para os atingidos; c) apresentar um plano de pagamento das indenizações ainda pendentes, assegurando às famílias atingidas uma revisão das indenizações já realizadas. Outra questão importante foi a indicação do MAB como fiscalizador do cumprimento do termo e colaborador para possíveis diligências ou elaboração de projetos.

Apesar do comprometimento dos empreendedores pelo Termo de Conduta, da pressão do MAB e instituições parceiras, na prática pouco se concretizou, sendo necessária e fundamental a continuação da luta do MAB.

A aceitação do MAB não é unânime, mas sua atuação tem um forte reconhecimento de quem se inseriu na luta. A citação abaixo demonstra o pensamento de atingidos sobre o MAB e sua importância:

Aonde a gente mora, o pessoal fala, critica muito o MAB, na nossa comunidade, o povo não liga de estar junto com o MAB, fica criticando, fica desejando o mal. Só que eu não boto isso na cabeça. Eu tenho que continuar no MAB e a gente já tem alguma conquista através do MAB, como essas cestas básicas. A gente não tinha onde morar, minha mãe é fraquinha, muito pobre, não tinha nada. Hoje, graças a Deus, ela tem uma aposentadoria, tem a casa que a gente conseguiu e essa cesta básica conseguida através da nossa luta. Peço que o MAB não pare. A gente tem que ter algumas conquistas pela frente e pretende não parar, continuar até onde o movimento for eu vou. Peço a todos os companheiros e companheiras que não parem, não desistam, não deixam o MAB, porque o MAB sem o povo não é nada. Temos que continuar unidos como estamos até hoje e vamos conseguir muitas e muitas vitórias (MEDEIROS, 2010 p. 185-186).

5.2 - A Barragem de Castanhão e a atuação do MAB¹²

A barragem de Castanhão/Jaguararibara localiza-se no Médio Jaguaribe, a 253 Km de Fortaleza/CE, e foi prevista para iniciar suas obras em 1996 e finalizar em 1998, porém, só se

¹² Texto baseado na dissertação de Christianne Evaristo de Araújo intitulada: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a questão ambiental e a participação política.

finalizou em 2002. Sua construção ficou a cargo do governo do estado do Ceará, com os objetivos principais voltados para a irrigação e abastecimento urbano.

As primeiras reuniões de famílias atingidas pela barragem de Castanhão foram organizadas por integrantes da Igreja Católica. Pessoas atingidas foram visitar comunidades de atingidos pela barragem de Sobradinho e tiveram contato com lideranças que já haviam participado do deslocamento de migrantes de pessoas daquele empreendimento. Posteriormente, atingidos de Sobradinho foram até comunidades atingidas por Castanhão, ampliando a troca de experiências. Como resultado foi criada a Associação dos Moradores de Jaguaribara (AMJ), que passou a representar as famílias atingidas em reuniões envolvendo a barragem, bem como com a população atingida.

A formação do MAB no Castanhão se dá no ano de 1998, quando a maioria dos reassentamentos rurais ainda não existia, apesar de ser desse meio a maioria dos reassentados, e também, era praticamente nula a mobilização dos atingidos. Alguns integrantes de comunidades atingidas participaram de cursos de formação do MAB fora do Ceará e buscaram implementar o que aprenderam na região atingida.

Essas novas lideranças identificaram a imobilidade das comunidades atingidas e a ausência de representatividade de atingidos no Grupo Multiparticipativo, que tinha o objetivo de agregar diferentes grupos de impactados e o empreendedor da barragem para organizar as ações sociais necessárias. A participação se concentrava entre a elite política local e técnicos ligados à barragem, e alguns atingidos isolados que participavam eram cooptados ou não tinham poder de inserção nas discussões.

A organização dos atingidos do meio rural e a participação intensa e com voz no Grupo Multiparticipativo foram as primeiras ações do MAB em relação à barragem do Castanhão. Posteriormente foram realizados atos públicos, inclusive um com aproximadamente 500 pessoas em Fortaleza. A mobilização, se por um lado fortalecia a ação dos atingidos, por outro, mostrava a dificuldade de ser aceita a representatividade dos atingidos organizados, ou que a mesma não fosse identificada com o MAB. Os debates centraram-se nas ações do MAB e o Grupo Multiparticipativo foi perdendo destaque e acabou sendo destituído.

A transferência das famílias atingidas para reassentamentos rurais e a disponibilização de dois salários mínimos por família para sustento até iniciarem a produção no

reassentamento passaram a ser reivindicações do MAB. O enchimento da barragem sem que todas as famílias tivessem sido transferidas para os reassentamentos comprovou o que o MAB vinha destacando, que era o descaso com as famílias atingidas, mas que foi justificado por técnicos como por efeito climático, obra divina.

Segundo um técnico do governo do Ceará, foi o MAB, sob pressão política, que não deixou cair no esquecimento os compromissos firmados e os direitos das famílias atingidas. Essa pressão se tornou pública em diferentes eventos, como a manifestação em Fortaleza, já citada; a ocupação da obra por dois dias, paralisando a obra por mais de 400 pessoas e exigindo infraestrutura para produção, a aceleração da construção de novos reassentamento e o reconhecimento de novas famílias com direito à indenização; ocupação da BR-116, denunciando que famílias atingidas passavam fome e cobrando a finalização de projetos econômicos e, novamente, o reconhecimento de novas famílias atingidas; Ato Público na cidade Nova Jaguaribara cobrando liberações financeiras já negociadas anteriormente, elaboração de um plano de ação para amenizar a seca que havia causada quebra de safra, liberação de recursos para 134 casas e finalização de estruturas previstas em reassentamentos; marcha de mais de 100 Km de mais de 400 pessoas atingidas até a capital do estado, Fortaleza, cobrando preço especial para quem consome até 100 kw/ de energia mensal (população de baixa renda), igualdade de preço por Kw para indústria e consumidores residenciais e cobrança de tarifa social para quem consome até 200 Kw/mês.

O relato de um agricultor atingido, citado por Araújo (2006), expressa a atuação do MAB no Castanhão:

Rapaz, eles [MAB] já arrumaram muita coisa pra cá. Porque eu mesmo acho que se não fosse eles tinha muita coisa atrasada aqui. Esses negócios desses assentamentos, dessas casas aí. Talvez se não fosses eles, ainda talvez nem tem nem começado. A gente ia sofrer muito nesses barracos aqui.

5.3 - A barragem de Manso e a atuação do MAB¹³

A barragem da UHE de Manso está localizada no município de Chapada dos Guimarães, distante 67 Km de Cuiabá, que é a capital do estado de Mato Grosso. Ações visando a construção desse empreendimento são desde 1974, mas iniciou apenas em 1988,

¹³ Texto baseado na tese de Atamis Antonio Foschiera intitulada: Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil.

tendo suas atividades paradas em 1989. Uma nova retomada da obra se deu em 1997, sendo que em 1999 iniciou-se o fechamento das comportas.

No período da construção do empreendimento não houve maiores questionamentos. O choque ocorreu quando o reservatório estava para ser enchido e as famílias deveriam deixar a área, para reassentamento (quem conseguiu), ou para outros locais incertos (quem não foi excluído das indenizações). Famílias tiveram que sair as pressas, pois a água chegou “antes do tempo”, sem que tivesse sido finalizado a mudança.

Uma primeira tentativa de organização dos atingidos se deu por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Chapada dos Guimarães, no momento que a obra já estava finalizando. Fez-se uma manifestação pública, mas sem explicação, lideranças do sindicato deixaram de acompanhar os atingidos. Posteriormente, alguns atingidos tiveram contato com outras entidades como a CPT, FETAGRI, CUT, MST, GERA, IRN, na busca de informações para abrirem discussões junto aos empreendedores. Não se conseguiu negociações, mas manteve-se a esperança e o espírito de grupo.

Uma mudança na situação se deu quando, por meio da CPT, lideranças do MAB passaram a atuar na região, no ano de 2000, quando a UHE já estava em funcionamento. Identificaram as péssimas condições de alguns reassentamentos; a exclusão dos atingidos no debate sobre os reassentamentos; a exclusão de famílias da lista de indenização; questionaram os dados dos estudos a cerca do empreendimento; entre outros.

A presença de integrantes do MAB fortificou o debate entre os atingidos de Manso e alguns de seus representantes foram para outras regiões do país fazer curso de liderança e conhecer e vivenciar realidades de atingidos por barragens. Nesse processo foram se formando e fortificando grupos de base constituídos por 5 a 10 famílias, sendo um integrante indicado como líder. Chegou-se a ter 120 grupos de base organizados, que envolviam tanto reassentados descontentes com a indenização, como também, famílias que se diziam atingidas pelo empreendimento e que não receberam nenhum tipo de indenização.

Foi realizada uma manifestação na Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso, tendo audiência específica sobre a questão, mas percebeu-se que por essa via não conseguiriam avançar nas reivindicações. Ocorreu a formação de um acampamento nas proximidades da UHE, na rodovia de acesso à mesma, buscando pressionar por negociações. Os empreendedores aceitaram negociar e solicitaram que o MAB fizesse um cadastramento

das famílias que se diziam excluídas das indenizações para que fossem analisadas. Dessa forma se desfez o acampamento.

Foram identificadas 1006 famílias que, ou não haviam sido cadastradas, ou estavam descontentes com a indenização. Na reunião de entrega do cadastro os empreendedores não se fizeram presente, apenas informaram que o cadastro reconhecido era apenas aquele que já havia sido realizado. Novamente buscou-se apoio dos poderes públicos instituídos, porém como não tiveram apoio, acamparam novamente nas proximidades da UHE cobrando o aceite do recadastramento realizado.

A pressão fez com que o empreendedor reconsiderasse e foi feito um novo recadastramento, agora com 914 famílias, e, também, foi acertada uma ajuda de custo para as famílias até que fosse definida a situação. Mais uma vez o acampamento é desfeito. A verba de manutenção era paga, mas não teve avanço o reconhecimento do recadastramento, o que levou, novamente, a formação do acampamento.

Pressionada, a empreendedora contratou um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso para fazer o levantamento das famílias, o que pôs fim ao acampamento. Foram identificadas 997 famílias atingidas, porém a empreendedora questionou a metodologia utilizada, freando as negociações.

Em função disso, pela quarta vez os atingidos decidiram montar acampamento nas proximidades da barragem da UHE, porém decididos a saírem do local apenas para o reassentamento. A posição estratégica do acampamento possibilitava que pudessem controlar a entrada de pessoas na UHE, o que lhes garantia um poder de barganha. Foram mais de três anos (2005 a 2007) de acampamento até a decisão favorável do empreendedor até as famílias serem encaminhadas para os reassentamentos, período em que ocorreram várias manifestações públicas e negociações.

5.4 - A barragem de Lajeado e a atuação do MAB¹⁴

A Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, conhecida regionalmente como UHE de Lajeado, está localizada na região central do estado do Tocantins. Sua construção se iniciou em 1998 e as comportas foram fechadas em 2001.

¹⁴ Texto baseado no artigo de Luciano de Souza Batista, Atamis Antonio Foschiera e Antonio Thomaz Junior intitulado: Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO.

Uma primeira organização dos atingidos se deu com a participação de instituições regionais como a ONG Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAUDE), a Escola Família Agrícola (EFA), o Instituto de Formação Sindical (IFS), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Partido dos Trabalhadores (PT), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Tocantins (FETAET), entre outros. Esta ação não conseguia dar um ordenamento aos atingidos

Com a obra já em andamento, algumas negociações já realizadas, as entidades buscaram fortalecer o debate realizando um seminário sobre os impactos da barragem. Nele participaram representantes do MAB Nacional que incentivaram a organização local. Posteriormente vieram três lideranças do MAB para colaborar na organização dos atingidos, por meio de pequenos cursos, reunião e debates, até formar lideranças locais. Um deles acabou ficando por definitivo no Tocantins.

Paralelamente se deu a formação da Pastoral da Juventude Rural (PJR), sendo que seus militantes, por uma postura pouco progressiva dos representantes da igreja, acabaram inserindo-se no MAB. Ocorreram visitas de atingidos para conhecer a organização de atingidos fora do Tocantins, bem como, para fazer cursos de lideranças. Essas ações marcaram um diferencial na formação do MAB, ampliando consideravelmente sua atuação.

Reuniões, seminários e debates em escolas passaram a ser uma constante para as lideranças do MAB, mas nas primeiras manifestações públicas não conseguiam agregar muitas pessoas. Eram ações que buscavam abrir negociações com os empreendedores para discutir indenizações. Como reconhecimento do MAB pelo Ministério Público (estadual e federal), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e o Instituto da Natureza do Tocantins (NATURATINS), em ação conjunta, marcou-se uma reunião de representantes das famílias atingidas com o empreendedor, sem se chegar em algum resultado positivo aos atingidos.

As deficiências nos estudos ambientais facilitaram a atuação conjunta do MAB com ministério público e institutos ambientais, levando à formação de uma Comissão Institucional para analisar os impactos socioambientais da barragem, na qual o MAB teve atuação importante e pode inserir representantes de lideranças de forma mais direta no debate.

Em dezembro de 1990 ocorreu, na cidade de Palmas, um evento em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, em que se debateu o descaso com os direitos dos

atingidos por barragens, ganhando destaque especial as críticas ao processo de indenização feito pelos empreendedores da UHE de Lajeado, que discriminavam as mulheres ao receberem menor peso no momento de se efetuar as indenizações. Os homens tinham peso 1 (um) e as mulheres 0,8 (zero vírgula oito), tendo uma diferença de 20% para menos. A igualdade de indenização, que representava igualdade entre homens e mulheres, passou a ser mais uma das reivindicações do MAB.

A atuação do MAB conseguiu dar uma nova face à organização dos atingidos, bem como redefiniu o processo de indenização. Pelos estudos do empreendedor, seriam 1.900 famílias atingidas, mas ao final do processo foram indenizadas 4.969 famílias. Também, entre outras coisas, conseguiu-se que fosse ampliado o valor das indenizações das propriedades rurais; que fosse, inicialmente, garantida e posteriormente, ampliada a quantidade de área a ser recebida pelos produtores rurais que não tinham documento sobre a terra, como também infraestrutura adequada; para moradores de áreas urbanas ligadas ao MAB, além do lote com casa, obteve-se uma área de terra em que poderiam produzir para subsistência.

6 – Considerações finais

O desrespeito aos direitos humanos em empreendimentos barrageiros, já destacado no referencial teórico, ficou novamente comprovado nos estudos de caso apresentados. O início ao enfrentamento a esse desrespeito socioambiental se dá, geralmente, por atingidos e organizações locais/regionais, que conseguem identificar o problema, porém, não têm condições de fazer frente ao mesmo de forma incisiva. Também, a gênese dessas organizações pode ocorrer em distintos momentos da construção do empreendimento: antes, durante ou depois.

A busca de apoio do MAB ocorre quando se percebe as limitações da organização dos atingidos perante a grandiosidade do conflito que se instaura. A participação do MAB na organização de um empreendimento se dá com a presença de algumas lideranças que apresentando um panorama nacional de atingidos por barragens, incentivando a organização e mobilização das comunidades locais.

Formar lideranças locais, seja por cursos em outros estados e/ou na própria localidade; realizar visitas em outros empreendimentos barrageiros para visualizar e trocar ideias com quem já passou pelo enfrentamento e conhecer seus reassentamentos; são atividades realizadas pelo MAB para que os atingidos possam ter a dimensão da situação que os envolve.

Colocar a coletividade dos atingidos no centro do debate, evitando ou negando a participação em grupos de representatividade que, na maioria das vezes são conduzidos pelos empreendedores, é fundamental para o MAB. Por isso a educação informal tem um papel importante na prática do Movimento, fazendo com que o individual perca espaço pelo coletivo, ocorrendo a formação da identidade de “atingido”. É nessa identidade que se dá o empoderamento dos atingidos e se organizam e ocorrem as manifestações públicas.

A abertura de diálogo pelos empreendedores, geralmente ocorre após a pressão realizada em função das manifestações públicas. Essas manifestações podem passar por determinadas etapas até o conflito ter uma resolução. É manifestação para abrir diálogo, depois para que seja feito um acordo, e uma terceira e até mais outras para que o acordo seja colocado em prática.

Nem todos os indivíduos atingidos por uma barragem se insere no MAB, mas os que se envolvem obtém ganhos materiais e de conhecimento. Os ganhos materiais não são iguais nas diferentes barragens, porém sem a organização dos atingidos eles seriam muito menores.

O MAB, utilizando-se da educação informal, tem tido uma importante contribuição na garantia dos direitos humanos em empreendimentos barrageiros. Mas é importante que sua organização se mantenha após a construção de um empreendimento, pois outras barragens continuam sendo construídas, e o apoio aos “novos” atingidos é fundamental. Também, é importante que se faça frente ao modelo energético, pois o mesmo colocou a construção de grandes barragens como prioridade, e tem sido o acelerador da construção desses empreendimentos.

7 – Referencias bibliográficas

ARROYO, Miguel G. Pedagogia em movimento: o que temos a aprender com os movimentos sociais? In: **Currículo Sem Fronteira**, v. 3, n. 1, PP. 28-49, Jan/Jun 2003.

AGUIAR, Cristiane. **Conflitos Sociambientais em Torno da Formação do Lago da Serra da Mesa/GO**. Especialização. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2003.

ARAÚJO, Christianne Evaristo de. **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a questão ambiental e a participação política**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará: PRODEMA, Fortaleza, 2006.

BATISTA, Luciano de Souza; FOSCHIERA, Atamis Antonio; THOMAZ JR, Antonio. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO. In: **Revista Pegada**, v. 1, n. 1, Junho/2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos.** 7ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasília, DF. Decreto Presidencial 7342. De 26 de outubro de 2010.

FOSCHIERA, **Atamis Antonio.** **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos:** a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologias/Unesp. Presidente Prudente, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, mai-ago. 20011.

LETURCQ, Guillaume. A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil. In: **II Encontro Nacional de Ciências Sociais e Barragens.** Salvador, de 19-22/11/2007.

MARTINS, Egídio. **Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará: Instituto da Ciência da Educação, Belém, 2011.

MEDEIROS, Edileuza Custódia Rodrigues de. **Registro da atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens nos reassentamentos de Acauã:** alfabetização de jovens e adultos. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, 2010.

VAINER, Carlos B. **O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes.** IPPUR/UFRJ. P. 01-23. Julho de 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. Novos pressupostos para a temática direitos humanos. In: **Direitos humanos e globalização:** fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. Org. Davi Sanches Rúbio, Joaquim Herrera Flores, Salo de Carvalho. 2ª ed. Dados Eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

Recebido para publicação em março de 2017

Aprovado para publicação em julho de 2017